

A crise financeira e a agricultura portuguesa

É de todos conhecida a actual crise financeira mundial. A crise não é de agora. Ela foi politicamente semeada no início da década de 80, cresceu durante as décadas de 80 e 90 e revelou-se no final do século passado, princípio deste século. A bolha especulativa, que se transportou para o mercado imobiliário americano e aí rebentou recentemente, já se tinha manifestado noutros sectores da economia americana e não só, no final da década de 90. A Reserva Federal Americana e a última Administração Americana não ajudaram muito. Recentemente, Alan Greenspan, antigo presidente da Reserva Federal Americana, declarou, publicamente, que tinha perdido a fé na capacidade auto-regulatória dos mercados. Com altos e baixos, estamos a viver o maior período de estagnação económica de que há memória, desde a Grande Depressão de 1929.

Vários factores justificam e estão por detrás desta crise, que é mais profunda do que pode parecer à primeira vista:

- a) O processo de globalização e da transição da sociedade industrial para sociedade em rede ou sociedade de informação, com um espaço de operação das empresas que é cada vez mais global e/ou mundial (se há trabalho que não entra na União Europeia, por via de leis de imigração, há empresas que saem à procura do mesmo), com a constituição de espaços regionais (megacidades) que articulam a economia de cada País à economia global, com a liberalização dos movimentos de capitais (parte substancial dos activos financeiros problemáticos americanos são propriedade europeia), com a ausência de regulamentação ao nível mundial dos mercados, cujo enquadramento político teria de estar em redes de Estados Nacionais como, por exemplo, as Nações Unidas e a União Europeia;
- b) A desregulamentação de sectores de actividade económica e a confiança cega (pelos poderes políticos dos Estados Nacionais e supranacionais e pelas Instituições Financeiras Internacionais) na capacidade de o mercado em se auto-regular;
- c) O fim do paradigma de Estado da Era Industrial, a necessidade de um novo paradigma de Estado para a Era da Informação, a descrença no papel dos Estados Nacionais, o dismantelar das funções prestadas por

estes (no caso português, sem uma correspondente diminuição do peso dos respectivo aparelho).

- d) O domínio de uma ideologia de mercado, apelidada por alguns de neoliberal, que defende mais mercado (mesmo quando a evidência mostra que o dito não é livre) e menos Estado (mesmo quando a evidência mostra que a regulamentação é necessária). Se os Estados democráticos falham os mercados também.
- e) As intervenções do FMI, do Banco Mundial e do Tesouro Americano (do Consenso de Washigton), que puseram em prática a dita ideologia, sem um enquadramento político que fosse mais vasto que os interesses (de alguns sectores corporativos) americanos e cujas consequências na Ásia, na Rússia, na Argentina, em todo o mundo, são conhecidas.

O mercado para ser eficiente, para gerar crescimento económico de forma sustentável, necessita de ser mercado livre, concorrencial. Para haver mercado livre, concorrencial, tem de haver algum grau de coesão social em sociedade, isto é, padrões de crescimento económico que gerem, no tempo, equidade em vez de concentração de riqueza. Caso contrário, o mercado tem de viver de reguladores, que controlem o poder fazedor de preço e garantam a sua eficiência. O desejo ilustrado pela Presidência Francesa da União Europeia de uma nova ordem mundial, um novo quadro regulamentar para a economia mundial, faz todo o sentido. A vitória de Barack Obama na América permite ter esperança numa liderança americana que ajude nesse sentido.

A agricultura europeia poderá contar assim com a continuação do processo de liberalização de mercados agrícolas que tem vivido. A regulamentação e/ou a correcção das falhas do mercado mundial não pode significar o fim do comércio mundial dos produtos agrícolas. Isso não traria os países em desenvolvimento, nomeadamente economias emergentes como o Brasil, para um acordo de regulação mundial. E assim, a agricultura europeia vai precisar de diferenciar para singrar:

- a) Inovar nos produtos, nos serviços prestados, nos métodos de organização;
- b) Orientar os produtos para mercados nicho, para produtos gourmets, com ou sem identidade regional, produtos de alto valor acrescentado, como forma de tornar o sector mais competitivo;

- c) Oferecer novos serviços às sociedades europeias, nomeadamente serviços ambientais, serviços sociais (?!...), espaços de lazer às populações urbanas, bens públicos (na acepção económica), com algum suporte público;
- d) Ser competitiva nos mercados das commodities, se a produção destas for a alternativa à diferenciação, com cada vez menos suporte público, concorrendo pelos preços (em vez de o fazer por processos de diferenciação).

Mas se este caminho é o futuro, o porto a chegar, há uma tempestade no presente que vai dificultar a navegação. A crise financeira vai atingi-la, como vai atingir todos os sectores de actividade económica. Se há uma quebra de confiança no sistema financeiro, porque, por exemplo, algumas instituições financeiras andaram a inovar no fabrico de produtos financeiros arriscados, vai haver menos crédito. Repare-se que a banca portuguesa financia-se muito no exterior para conceder empréstimos. Se é certo que as taxas juro vão diminuir, por força da actuação do Banco Central Europeu e/ou das intervenções públicas nos Bancos de que temos tido notícia, os spreads vão aumentar, em particular para as pequenas e médias empresas, pois dificilmente se conseguirá repor a liquidez do sistema anteriormente existente. Ou seja, vai haver menos crédito em Portugal, em particular, para as pequenas e médias empresas. Algumas empresas, também agrícolas, já endividadadas, poderão falir.

Outras empresas de outros sectores também fecharão as portas e/ou reduzirão a sua produção, em Portugal, na Europa e no Mundo, sendo o resultado o aumento do desemprego. Com desemprego e empresas e famílias endividadadas, as perspectivas dos mercados agrícolas (e dos outros mercados) não são risonhas. É certo que a agricultura produz produtos essenciais. Mas também é certo que a capacidade instalada de o fazer, ao nível mundial, é mais do que capaz de superar essas necessidades. Isto é, a agricultura portuguesa não se deve deixar enganar. O caminho a percorrer é inovar, nos produtos, nos métodos de organização, etc. Inovar para sobreviver, em período de crise, e para prosperar, em período de bonança, num contexto que é e será de concorrência global.

Leonardo Costa

Professor Auxiliar da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional do Porto

Revista AJAP Nº 76, 4º Trimestre 2008 (Revista JOVENS AGRICULTORES).